



# ARTES INDÍGENAS NO ENSINO DAS ARTES VISUAIS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA A PARTIR DA PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

Flávia Roberta Alves Costa<sup>1</sup> e Fabiana Souto Lima Vidal<sup>2</sup>

INDIGENOUS ARTS IN VISUAL ARTS TEACHING: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW FROM THE PRODUCTION OF BRAZILIAN POSTGRADUATE STUDIES

DE L'ART INDIGÈNE DANS L'ENSEIGNEMENT DES ARTS VISUELS: UNE REVUE BIBLIOGRAPHIQUE DE LA PRODUCTION DES ÉTUDES SUPÉRIEURES BRÉSILIENNES

---

1 Mestranda do PPGAV UFPE/UFPB. Lic. em Educação Artística/Artes Plásticas - UFPE. Professora da Prefeitura do Recife e integrante do grupo de pesquisa em Estudos Culturais e Arte/Educação. <http://lattes.cnpq.br/7935571557263010>. ORCID 0000-0001-8650-7758. flavinha433@hotmail.com

2 Docente de Artes Visuais do PPGAV UFPE/UFPB. Doutora e mestre em Educação. Editora-chefe da Rev. Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica. Líder do GPECAE. <http://lattes.cnpq.br/9258272116465693>. ORCID 0000-0003-0439-7378. fabiana.vidal@ufpe.br

## RESUMO

Este artigo é fruto da pesquisa que estamos desenvolvendo no mestrado em Artes Visuais da UFPB/UFPE e surge da necessidade de nos debruçarmos sobre as produções acadêmicas da pós-graduação brasileira de pesquisadores que investigaram as artes indígenas no ensino das Artes Visuais na educação básica, tendo em vista a pouca visibilidade desses estudos. Assim, tomamos como objetivo investigar as teses e dissertações brasileiras em torno da temática indígena no ensino das Artes Visuais. Metodologicamente, optamos por uma revisão bibliográfica, explorando a base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no recorte temporal de 2010 a 2020, a partir dos seguintes descritores: Ensino de Arte, Artes Visuais e Artes indígenas. A análise do conteúdo de cinco dissertações trouxe aporte para entender algumas lacunas, silenciamentos e estereotipização sobre as artes indígenas e nos faz refletir sobre a necessidade de trabalhar essa temática numa perspectiva intercultural e decolonial.

Palavras-chave: Artes indígenas. Ensino de Arte. Revisão bibliográfica. Decolonialidade. Interculturalidade.

#### ABSTRACT

This article is the result of the research we are developing in the Master's Degree in Visual Arts at UFPB/UFPE and arises from the need to focus on the academic productions of Brazilian postgraduate researchers who investigated indigenous arts in the teaching of Visual Arts in basic education, given the low visibility of these studies. Thus, our objective is to investigate the Brazilian theses and dissertations around the indigenous theme in the teaching of Visual Arts. Methodologically, we opted for a bibliographic review, exploring the database of the Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) of the Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) in the time frame from 2010 to 2020, from the following descriptors: Art Education, Visual Arts and Indigenous Arts. The analysis of the content of five dissertations contributed to understanding some gaps, silencing and stereotyping about indigenous arts and makes us reflect on the need to work on this theme in an intercultural and decolonial perspective.

Keywords: Indigenous arts. Art Education. Literature review. Decoloniality. Interculturality.

#### RÉSUMÉ:

Cet article s'inscrit dans la recherche que nous développons au Master en Arts Visuels UFPB/UFPE et émerge de la nécessité de rechercher des productions académiques brésiliennes du troisième cycle par des chercheurs qui ont étudié les arts indigènes dans l'enseignement des arts visuels dans l'éducation formelle de l'éducation de base, compte tenu de la faible visibilité de ces études. De cette façon, nous visons à rechercher des thèses brésiliennes autour de la thématique indigène dans l'enseignement des arts visuels. Méthodologiquement, nous avons opté par une revue systématique de la littérature, il a été exploré dans la base de données de la Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) de l'Institut brésilien de l'information en science et technologie (IBICT) dans la période 2010-2020, en utilisant les descripteurs suivants: Enseignement de l'art, des arts visuels et de l'art indigènes. L'analyse du contenu de cinq thèses trouvées a permis de comprendre certaines lacunes, silences et stéréotypes sur les arts autochtones et nous a fait réfléchir sur la nécessité de travailler sur ce thème dans une perspective interculturelle et décoloniale.

Mots clés: Arts indigènes. Enseignement de l'Art. Revue de littérature. Décolonialité. Interculturalité.

## Introdução

O presente artigo é fruto da imersão em um processo contínuo de reflexões sobre a prática docente vivenciada no campo das Artes Visuais acerca do estudo das temáticas indígenas em uma escola pública da cidade do Recife, do desdobramento destas práticas e aprofundamento das reflexões, a partir da pesquisa intitulada Artes indígenas na escola não indígena: conversas com docentes de Artes Visuais da Prefeitura do Recife que vem sendo desenvolvida no Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal da Paraíba (PPGAV UFPE/UFPB). O movimento provocado pelas práticas e pelos passos dados na pesquisa apontou a necessidade de buscar estudos em torno da temática em discussão para procurar pistas, encontrar caminhos e entender as lacunas, os silenciamentos e a estereotipização sobre as artes indígenas no campo do ensino das Artes Visuais.

O Art. 26-A da Lei nº 11.645/2008 determina: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, Brasil (2008). A partir da referida lei, debates relacionados ao ensino das artes indígenas na escola não indígena têm se intensificado; contudo, a produção artística indígena comumente nos é apresentada pelo olhar e ideais estéticos do não indígena, inserindo-as na maioria das vezes apenas na categoria de artesanato e/ou outras artes ainda de forma genérica, cristalizada e localizada no passado.

Em sua maioria, os estudos sobre o ensino das temáticas indígenas citam essa lei como marco de uma luta e necessidade do reconhecimento da importância indígena no contexto brasileiro. No entanto, antes dessa lei, Candau e Russo (2010, p. 13) nos apontam que:

Ao longo de 1980 e 1990, onze países latino-americanos reconheceram em suas Constituições o caráter multiétnico, pluricultural e multilíngue de suas sociedades. Como consequência, políticas públicas na área educativa precisaram contemplar as diferenças culturais.

Dentre os 11 países apontados - Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela -, os quais apostaram diferentes reformas na área de educação que incorporaram a perspectiva intercultural nos currículos escolares, encontra-se o Brasil. Todavia, as autoras supracitadas ressaltam que esta incorporação se deu no contexto de governos comprometidos com a implementação de políticas de caráter neoliberal, vinculados com a globalização hegemônica, possibilitando uma interculturalidade com uma abordagem orientada a inibir conflitos, a promover a tolerância e o respeito mútuo, sem provocar mudanças estruturais.

Para a mudança das condições apresentadas é necessário assumir um trabalho na intenção de romper com as estruturas hegemônicas vigentes, questionando as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade. Estruturas essas que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos, (WALSH, 2009). Isto é, direcionar-se para um agir pedagógico decolonial fundamentado também na interculturalidade crítica que não apenas reconhece e inclui, mas que questiona para assim transformar.

Nessa direção, os estudos sobre decolonialidade apontam elementos para pensar de modo mais atento, vejamos o que nos diz Walsh (2009, p. 6):

Enquanto a dupla modernidade-colonialidade historicamente funcionou a partir de padrões de poder fundados na exclusão, negação e subordinação e controle dentro do sistema/mundo

capitalista, hoje se esconde por trás de um discurso (neo) liberal multiculturalista. Desse modo, faz pensar que com o reconhecimento da diversidade e a promoção de sua inclusão, o projeto hegemônico de antes está dissolvido. No entanto, mais que desvanecer-se, a colonialidade do poder nos últimos anos esteve em pleno processo de reacomodação dentro dos desígnios globais ligados a projetos de neoliberalização e das necessidades do mercado; eis aí a “recolonialidade”.

Ao mesmo tempo, os estudos sobre a interculturalidade e a multiculturalidade crítica discutidos por Barbosa (1998) e Richter (2003), trazem-nos questionamentos acerca dos conteúdos e das abordagens no ensino das Artes Visuais no Brasil. Barbosa (1998) aponta questões necessárias para termos uma educação multiculturalista crítica no ensino de Arte e Culturas Visuais, além de questionar a cultura dominante e todo tipo de opressão; incluir em todos os aspectos do ensino da arte problematizações acerca de valores etnocêntricos, estereótipos culturais, preconceitos, discriminação e racismo; examinar a dinâmica de diferentes culturas e enfatizar o estudo de grupos particulares e/ou minoritários do ponto de vista do poder, como mulheres, indígenas e negros(as). Corroborando com esses argumentos, Richter (2003) também revê os conceitos de artes desenvolvidos na escola, ainda hoje reprodutores dos chamados conceitos modernistas, largamente aceitos no meio acadêmico e excludentes de todas as artes chamadas “menores”, das quais podemos inserir nesse contexto as artes indígenas.

Mesmo com esse movimento latino-americano, ao buscarmos pesquisas realizadas em dissertações e teses brasileiras sobre as artes indígenas no ensino de Artes Visuais, percebemos o pouco interesse sobre a investigação dessa temática. No entanto, procuraremos extrair das pesquisas analisadas elementos que possam dar continuidade e avançar nos debates e reflexões nesse campo.

## Recorte metodológico

Para a revisão bibliográfica foram selecionadas dissertações e teses, por se constituírem referências do conhecimento produzido pela pós-graduação brasileira. Para tanto, foi utilizada como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Inicialmente delineamos os seguintes critérios para orientar o recorte metodológico e refinar a busca:

- Elencar os descritores: Artes indígenas, Ensino de Arte, Lei 11.645/08 e Decolonialidade em todos os campos;
- Estabelecer o recorte temporal da última década (2010 – 2020);
- Selecionar os estudos nos níveis de doutorado e mestrado;

A escolha dos descritores para fazer o levantamento de trabalhos acadêmicos já realizados justifica-se pela proximidade do interesse desse estudo.

Com o recorte apresentado, ao final, foi encontrado apenas um trabalho que utiliza esses três descritores no título, no resumo e nas palavras-chave. A partir dessa lacuna, mantivemos os demais pontos metodológicos e utilizamos os seguintes descritores de modo a tentar ampliar a busca: Ensino de Arte, Artes Visuais e Artes indígenas.

Este recorte revelou um total de 11 trabalhos, sendo 10 dissertações e uma tese. Em seguida, realizamos a leitura de títulos e resumos para direcionar o olhar às pesquisas mais diretamente relacionadas ao ensino das Artes Visuais e a temática indígena. Comprovamos que apenas cinco dissertações poderiam contribuir de forma mais efetiva para a pesquisa por se aproximar do nosso objeto de estudo. Os demais trabalhos abordavam temas como literatura, letramento, história e cultura afro-brasileira e em alguns não observamos relações diretas com os descritores utilizados.

Para melhor análise dos projetos, os cinco trabalhos foram lidos na íntegra, de modo a buscarmos nos debates estabelecidos pelos(as)

pesquisadores(as), as pistas teóricas, os caminhos metodológicos e os achados que podem nos trazer *insights* para a pesquisa em desenvolvimento, conforme discorreremos a seguir.

### **As artes indígenas na escola: um panorama do ensino de Artes Visuais a partir da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações**

A leitura sistemática dos estudos que se aproximam do interesse de pesquisa sobre as temáticas indígenas no ensino de Artes Visuais na educação formal, permitiu afirmar que, das dissertações encontradas, três foram desenvolvidas no Nordeste, uma no Sudeste e outra no Centro-Oeste, distribuídas respectivamente no PPGAV UFPE/UFPB, no Mestrado Profissional em Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Profartes-UFRN), no Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão (PPGEEB/UFMA), Programa de Pós-graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás (TECCER/UEG) e o Programa de Pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (PPGEAHC/Mackenzie).

Um olhar inicial para os dados acima nos revela que, com os recortes metodológicos dados, a região Nordeste agrega o maior número de pesquisas em torno da temática e seu tangenciamento com o ensino das Artes Visuais. No entanto, entendemos que outros recortes certamente apontariam para outros estudos, aqui não contemplados.

Dos cinco estudos encontrados, realizados por pesquisadoras de diferentes programas de pós-graduação brasileiros, Barbero (2011), Belarmino (2018), Bogéa (2020), Nóbrega (2018) e Silva (2019), quatro deles apontam um déficit de material didático e/ou artístico sistematizado sobre as artes indígenas. Por esse motivo, apesar de a dissertação *Artes Indígenas no Brasil - Trajetória de Contatos: História de representações e reconhecimentos* de Barbero (2011) não se relacionar especificamente

com o ensino das Artes Visuais, consideramos seu conteúdo relevante para a investigação em tela, pois sistematiza a produção artística sobre as culturas indígenas no Brasil.

Em suas análises, a autora supracitada utiliza duas fontes de dados, sendo a primeira fonte a representação das culturas indígenas por artistas não indígenas de diferentes períodos da História da Arte no Brasil. Desse modo, contempla desde o gravurista belga Théodore De Bry (1528-1598), que retratou os povos indígenas a partir de relatos dos viajantes, à arte contemporânea de Maria Tomaselli e Maria Bonomi, ambas com instalações, tipo de produção artística que ganha visibilidade a partir dos anos 1960 e explora a relação da obra com o espaço. A outra fonte de dados é um estudo das artes indígenas a partir de pesquisas antropológicas e etnográficas recentes, mantendo um diálogo com seus produtores, possibilitando sua escuta, segundo a autora. Dentre os povos selecionados para a pesquisa, estão Kayapó-xikrin do Pará (PA), Waujá do Mato Grosso (MT), indígenas do território Uaçá do Amapá (AP) e os Kadiwéu do Mato Grosso do Sul (MS), concentrados nas regiões Norte e Centro-Oeste do país.

Ainda que reconheçamos o grande esforço e trabalho da pesquisadora em fazer esse levantamento, salientamos que não apareceram os povos indígenas de outras regiões do país como o Nordeste ou da própria região onde foi feita a pesquisa, a região Sudeste. Tendo um olhar quantitativo, a pesquisa conta com 89 páginas dedicadas aos não indígenas em contraponto a 40 páginas da produção artística de alguns povos originários que não abrange as artes indígenas no Brasil como o estudo se propõe.

Das quatro autoras que destacaram déficit de material didático, três (Bogéa (2020), Nóbrega (2018) e Silva (2019)) são propositivas, pois em suas pesquisas sugerem atividades e/ou criam materiais didáticos sobre a temática em estudo. Bogéa (2020), na pesquisa intitulada *Representações visuais dos povos Canela-Ramkokamekrá: uma proposta metodológica para educação básica técnica e tecnológica IFMA/campus Imperatriz,*

relata, enquanto professora, suas dificuldades em encontrar um material sistematizado sobre artes indígenas, especificamente do Maranhão. Sua pesquisa teve como objetivo geral elaborar um material didático para o ensino das Artes Visuais sobre os bens culturais dos povos Canela-Ramkokamekrá a partir do diálogo com eles, visando a valorização da cultura indígena do Maranhão.

O referido estudo ainda traz um breve histórico sobre os povos indígenas no Brasil, apresentando os aspectos demográficos, territoriais e principais grupos étnicos, mais especificamente do Maranhão com o povo Canela-Ramkokamekrá e apresenta a sua produção do material didático *Arte Mermorturé* que, segundo a autora, foi organizado de forma a privilegiar conteúdos, formato e design que valorizassem a produção artística, com ênfase para a pintura corporal, os adereços e a cestaria dos povos Canela-Ramkokamekrá.

O material didático produzido por Bogéa (2020, p. 102) traz curiosidades sobre o tema abordado, dicas de sites, museus virtuais e livros, estabelece conexões com temáticas atuais, apresenta exercícios de fixação, atividades práticas individuais e em grupo, além de oferecer para os(as) professores(as) um roteiro dos conteúdos abordados de forma interdisciplinar. A autora também afirma que todo material visual coletado durante a pesquisa para a produção do material didático obedeceu aos critérios legais necessários para o ingresso em terras indígenas regulamentadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Por fim, foi observado no final do material didático produzido no referido estudo que Bogéa (2020) faz conexões da produção artística dos(as) indígenas pesquisados(as) com o abstracionismo de Mondrian e Kandinsky, ressaltadas em função das formas geométricas que compõem as obras e destaca em sua pesquisa uma obra de arte indígena contemporânea, mais especificamente do artista indígena Denilson Baniwa, da aldeia Dari no Amazonas, contextualizando-a e propondo um exercício de leitura de imagem, conforme discorreremos mais a frente neste texto.

Na investigação *O Ensino de Arte no Ensino Fundamental a partir da Lei 11.645/08 e das Narrativas Indígenas*, Silva (2019) também parte da lacuna de material didático e propõe alternativas à restrição apresentada por esses materiais. Para tanto, apresenta algumas obras de autoria indígena, tanto nas Artes Visuais quanto na Literatura. A pesquisadora ressalta as etnomídias como instrumentos didáticos que podem ser amplamente utilizadas por docentes em suas aulas, tornando-as interativas e atrativas aos(às) jovens. Desse modo, agrega-se à visão de Tupinambá (2016) para quem as etnomídias são consideradas como ferramentas de empoderamento, de descolonização e de visibilidades de diferentes identidades etnoculturais.

Silva (2019) também propõe uma reflexão sobre as características da apresentação da história e da cultura indígena na sala de aula. Utiliza como referência as artes indígenas e o modo como indígenas são representados(as) nos livros didáticos de Arte dos anos finais do Ensino Fundamental e que foram disponibilizados pela primeira vez pelo Plano Nacional do Livro Didático do Ministério de Educação e Cultura (MEC) para a escolha das escolas, no ano de 2014. Os livros analisados fizeram parte da coleção *Projeto Mosaico* e da coleção *Por Toda PArte*. Em suas considerações finais, Silva (2019, p. 137) ainda afirma que:

Esses livros, de modo geral, trazem conteúdos referentes à cultura, costumes, rituais e, especialmente, manifestações artísticas indígenas de forma contextualizada com outras manifestações ocidentais, com um nível de estereotipação já bastante reduzido.

Adentrando à análise dos livros didáticos dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, na pesquisa intitulada *A arte Indígena para além dos clichês: por novas abordagens nas aulas de arte*, Nóbrega (2018) problematiza as informações contidas nos livros didáticos com os quais se debruçou, a saber: *Projeto Presente Arte – 4º e 5º anos*, *Porta Aberta Arte – 4º e 5º anos*, *Arte Por Toda Parte: volume único e Ápis Arte para o 5º ano*.

Diferentemente de Silva (2019), Nóbrega (2018, p. 74) constata:

[...] que os livros contêm uma carência de informações no que tange à atualização das pesquisas em arte indígena, à produção indígena e à realidade dos povos tribais brasileiros. Embora elaborados com boa intenção, possuem fragilidades quanto à elaboração dos conteúdos, apresentando, em alguns casos, informações incompletas, sugerindo atividades estereotipadas ou colocando, ainda, poucas informações oriundas de pesquisas que envolvem a arte indígena.

No texto dissertativo, a referida autora ainda traz questionamentos sobre as informações contidas nos livros didáticos destinados ao ensino das Artes Visuais, relacionadas aos conteúdos sobre a arte indígena. Em sua análise indicou fragilidades nas abordagens a respeito da temática indígena, observando a escassez de conteúdos relacionados com o tema e sinalizando alguns equívocos de ordem conceitual. Também contextualiza os povos originários do Rio Grande do Norte, região da pesquisa, aborda alguns grafismos, arte plumária indígena, cerâmica Karajá e o Movimento dos Artistas Huni Kuin (MAHKU) e apresenta uma proposta pedagógica relacionada à temática indígena, por se tratar de uma pesquisa-ação, na qual realiza leituras e produções artísticas com os(as) estudantes participantes da pesquisa.

No contexto local, destacamos a pesquisa de Belarmino (2018), desenvolvida também no PPGAV UFPE/UFPB e intitulada *Tramas Indígenas: a técnica do trançado da etnia Kambiwá*, que apresenta considerações sobre o que se reconhece como uma identidade étnica dos indígenas no Nordeste, estabelece relações com os caminhos da construção histórica do povo Kambiwá - PE e analisa a técnica do trançado desse povo.

Diferente dos trabalhos apresentados anteriormente, a pesquisa de Belarmino (2018) concentra sua investigação a respeito do ensino de

arte na educação indígena. Mesmo não sendo o foco da nossa pesquisa, consideramos a contribuição deste trabalho pelo estudo sobre os povos indígenas do Nordeste e, mais especificamente, de uma etnia de Pernambuco.

Em sua dissertação, a autora demonstrou que a prática artesanal do povo Kambiwá está inserida em um contexto educativo, presente na prática cotidiana da educação escolar indígena dessa comunidade, fazendo parte do currículo escolar. A pesquisadora também constatou que a produção artística desse povo é parte integrante do contexto sociocultural em que a produção artesanal é reconhecida dentro e fora da comunidade Kambiwá, como uma cultura viva, que se reinventa e que também pode gerar renda familiar, bem como sugeriu que a técnica do trançado afeta a produção de visualidades dos Kambiwá, possibilitando criações com base nas tramas.

Diante do exposto, podemos ressaltar que a análise dessas produções acadêmicas nos mostra algumas lacunas, silenciamentos, generalização e estereotipização sobre as artes indígenas nos materiais didáticos de arte investigados pelas autoras.

### **Qual arte indígena estamos trazendo para as aulas de arte e como?**

Um olhar mais atento ao que mobilizou todas as investigações citadas remete-nos a pensar que as dificuldades de encontrar material para trabalhar as temáticas indígenas nas aulas de artes, como também em abordar esse assunto sem reforçar estereótipos, impulsionaram as realizações das pesquisas mencionadas.

Ao nos encontrarmos com esses estudos, entendemos que Bogéa (2020), Belarmino (2018) e Nóbrega (2018) partiram da investigação dos povos originários de sua região, permitindo uma maior aproximação com o contexto no qual estão inseridas, além de evidenciar um deslocamento do indígena localizado comumente no passado. Na pesquisa de Nóbrega

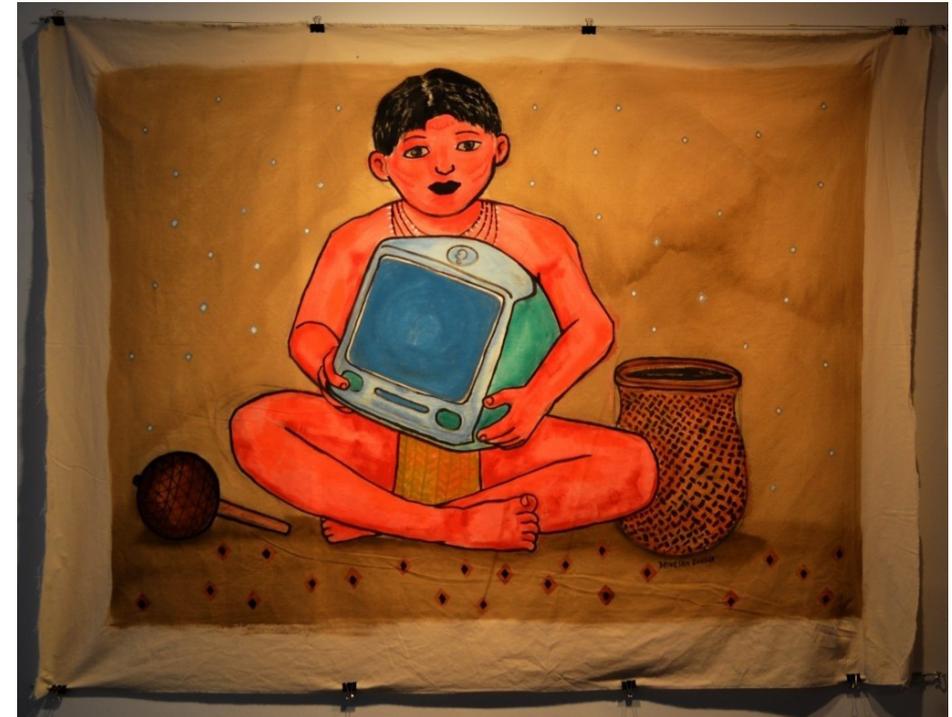
(2018), apesar de contextualizar os povos indígenas do Rio Grande do Norte, as produções artísticas desses povos não aparecem nas práticas propostas com estudantes, recorrendo às produções dos indígenas do Norte e Centro-Oeste como os(as) Asuruni - PA, Karajá - GO, MT, PA e TO, Yanomamis - AM, RO e RR e Kayapó - MT e PA para realizar sua proposta pedagógica.

Mesmo considerando a profundidade das pesquisas realizadas, percebemos que as autoras ao falarem de produções artísticas indígenas atuais e/ou contemporâneas, limitam-se às produções tradicionais, a exemplo das produções em cestaria, em pintura corporal e em arte plumária; desta forma, os estudos não tecem considerações sobre a arte indígena contemporânea. À exceção de Bogéa (2020), que traz de maneira ainda pulverizada, no final do material didático produzido, uma obra (Figura 1) do artista indígena Denilson Baniwa da aldeia Dari (AM), intitulada *Curumim, guardador de memórias*, 2018, vencedora do prêmio PIPA 2019, premiação anual criada em 2010 com objetivo de divulgar e estimular a produção de arte contemporânea brasileira.

Sobre Denilson Baniwa, o artista faz uso de diversas linguagens das Artes Visuais em seus trabalhos, como gravuras, pinturas, desenhos e performances. Dentro das temáticas que aborda em suas produções, destaca-se a desmistificação do que é ser indígena.

Contudo, o movimento e debates relacionados à Arte Indígena Contemporânea (AIC) ainda é recente e sua ênfase se deu principalmente com o artista e curador Macuxi Esbell (2018, p. 1) que, ao lançar a expressão, justifica:

Não há como falar em arte indígena contemporânea sem falar dos indígenas, sem falar de direito à terra e à vida. Há mesmo que se explicar o porquê de chamarmos arte indígena contemporânea e não ao contrário. Na história da literatura especializada sobre arte contemporânea produzida no Brasil não temos autores artistas



**FIGURA 1.**

Denilson Baniwa, *Curumim, guardador de memórias*, 2018. Acrílico sobre tecido, 160cmx200cm. Fonte: Prêmio PIPA. 2021. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/denilson-baniwa/>

indígenas. Nesse sentido, o componente novo surpreende por seu protagonismo histórico. Convidamos a um inteiro desconstruir para outros preenchimentos.

Convém destacar que a produção artística contemporânea dos povos indígenas não se limita às técnicas tradicionais, conforme ressalta Jesus (2020, p. 14-15):

A arte indígena contemporânea representa a sua identidade, aproximando as linguagens, utilizando, experimentando recursos e técnicas apresentados no momento contemporâneo. Ela mantém toda uma codificação de um universo próprio e de universos apreendidos.

Destacamos que compreendemos que a arte produzida por indígenas é arte brasileira e não a reduzimos apenas como artesanato, cultura material ou/e tribal de forma separada da Arte, como um apêndice. Nesse sentido, corroboramos novamente com Jesus (2020, p. 17), quando a educadora, artista, ativista e pesquisadora indígena diz:

[...] Não se pensa que a arte indígena deve ser um anexo, em que lhes oferecem um pequeno espaço, agrupando artistas indígenas em determinado local da expografia, para cumprir uma rota de “inserção” e de falso reconhecimento. A arte indígena é concreta e merece o “espaço” e o “reconhecimento” que lhes são conferidos pelo olhar curatorial profissional.

Quase todas as pesquisadoras trazidas neste texto defendem a abordagem do ensino das Artes Visuais numa perspectiva intercultural e apontam caminhos para a prática que valorize as culturas e as histórias indígenas. Contudo, precisamos nos questionar acerca de qual interculturalidade estamos praticando, para não recorrermos ao erro de reforçarmos estruturas hegemônicas que tratam as artes indígenas como “outras” e não questionam as relações de poder que as exclui da História

da Arte Brasileira, evidenciando o estudo dessa temática como algo paralelo, suplementar, acessório, muitas vezes orientado apenas pela obrigatoriedade dada pela Lei de nº 11.645/2008. Interessa-nos aqui um ensino das Artes Visuais pautado nas lentes da interculturalidade crítica que se entrecruza conceitualmente e pedagogicamente como nos sugere Walsh (2009, p. 25), na perspectiva da decolonialidade, de modo a “questionar, transformar, sacudir, rearticular e construir” outras perspectivas.

Assim, motivadas pela imagem de Denilson Baniwa e pelas contribuições de Jesus (2020) e Walsh (2009), além das pistas deixadas pelas pesquisas encontradas, passamos a provocar alguns questionamentos: que outras produções artísticas contemporâneas realizadas por artistas indígenas podem compor nossas reflexões? Como podemos desenhar caminhos de práticas no campo das Artes Visuais no sentido contra-hegemônico trazido pela interculturalidade crítica? Que modos outros podemos construir para avançar em práticas que rompam e extrapolem a perspectiva da colonialidade ainda presente em muitas práticas e instituições que tratam o ensino da temática indígena enquanto apêndice, adereço, decorativo?

### **Considerações provisórias**

‘Ao final deste estudo, podemos afirmar que na revisão bibliográfica realizada, as discussões sobre a temática indígena no ensino de Artes Visuais estão presentes, ainda que tímidas, e nos trazem aporte para entender algumas lacunas e incompreensões acerca do ensino das artes indígenas na educação básica.

As dissertações analisadas apontaram a precariedade e a restrição dos materiais didáticos das Artes Visuais relacionados às temáticas indígenas no âmbito nacional e principalmente local. Em boa parte dos materiais analisados, a produção artística dos povos indígenas do

Nordeste pouco aparece nos livros didáticos. Tal constatação impulsionou Bogéa (2020) a construir um material didático de Artes Visuais sobre os povos Canela-Ramkokamekrá (MA) e Belarmino (2018) a aprofundar sua pesquisa na produção artística dos povos Kambiwá de Pernambuco (PE).

Majoritariamente, os estudos defendem uma abordagem do ensino das Artes Visuais numa perspectiva intercultural. Contudo, alertamos que essa perspectiva não deve ser reduzida a uma mera incorporação de alguns temas no currículo e/ou no calendário escolar sem questionar as relações de poder.

Outro aspecto que nos chamou a atenção e que nos parece urgente, refere-se ao fato de que as produções acadêmicas localizadas em nossa pesquisa e abordadas neste texto, em sua maioria, não reconhecem a produção de arte indígena contemporânea e tratam muitas vezes seus trabalhos artísticos como artesanato e/ou cultura material, separando-o da categoria de arte. Isso nos deixa pistas para a necessidade de outros estudos que se debrucem sobre as pesquisas encontradas a partir da Antropologia da Arte.

De maneira geral, a Lei nº 11.645/2008 está presente como justificativa e validação das investigações, reafirmando o quanto são importantes políticas públicas e leis que garantam uma educação que inclua, respeite e valorize as diferenças culturais.

Os aspectos destacados nos provoca a perceber a importância de estudos que abram caminhos para uma Arte/Educação intercultural crítica e decolonial no ensino das Artes Visuais, uma Arte/Educação, no sentido dado por Walsh (2009, p.13) “enlaçada com uma pedagogia e práxis orientadas ao questionamento, transformação, intervenção, ação e criação de condições radicalmente distintas de sociedade, humanidade, conhecimento e vida”, isso implica dizer, mais especificamente, no que se refere ao estudo das temáticas indígenas, um ensino orientado por “projetos de interculturalidade, pedagogia e práxis que assumem a perspectiva da decolonialidade”.

## Referências Bibliográficas

BARBERO, Estela Pereira Batista. **Artes indígenas no Brasil - trajetória de contatos**: história de representações e reconhecimentos. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

BARBOSA, A. M. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BELARMINO, Clarissa Machado. **Tramas indígenas**: a técnica do trançado da etnia Kambiwá. 2018. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

BOGÉA, Mirian Ferreira da Silva. **Representações visuais dos povos Canela-Ramkokamekrá**: uma proposta metodológica para educação básica técnica e tecnológica IFMA/campus Imperatriz. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Presidência da República (Casal Civil: Subchefia de assuntos jurídicos). Brasília, DF, n.187, 10 março. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: junho de 2021.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma educação plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010.

ESBELL, Jaider. Arte indígena contemporânea e o grande mundo. **Revista Select**, n. 39. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.select.art.br/arte-indigena-contemporanea-e-o-grande-mundo/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

JESUS, Terena. Véxoa: Nós sabemos. In: **Catálogo da exposição Véxoa: Nós sabemos**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2020.

NÓBREGA, Rafaela Farias. **A arte indígena para além dos clichês: por novas abordagens nas aulas de arte**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Keyde Taisa. **O ensino de arte no ensino fundamental a partir da Lei 11.645/08 e das narrativas indígenas**. 2019. Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2019.

RICHTER, Ivone Mendes. **Interculturalidade e estética do cotidiano no ensino das artes visuais**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

TUPINAMBÁ, Renata. **Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários**. Jornal Brasil de Fato: Niterói, Rio de Janeiro. 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. F. (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

Artigo enviado em: 22/09/2021

Aceito em: 08/07/2022